

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.



POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS, CULTURAIS E EDUCACIONAIS ALIADA A POLÍTICA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO TERRITORIAL COMO FERRAMENTAS PARA A COMPREENSÃO DO DESENVOLVIMENTO DE RORAINÓPOLIS/RR/BRASIL

POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTALES, CULTURALES Y EDUCATIVAS ALIADAS A LA POLÍTICA DE OCUPACIÓN DEL ESPACIO TERRITORIAL COMO HERRAMIENTAS PARA LA COMPRESIÓN DEL DESARROLLO DE RORAINÓPOLIS/RR/BRASIL

SANTOS, Dalvino Estevão dos ¹

Resumo: Com base e como continuidade da pesquisa que resultou na tese de mestrado, esta investigação sobre a temática: Políticas Públicas Socioambientais e Culturais como ferramentas para o desenvolvimento educacional de Rorainópolis/RR/Brasil, responde através de interpretações, narrativas e descrições a estruturação do sistema educacional local, partindo das Políticas Públicas, socioambientais e culturais que hoje temos na região. Sabemos pelos resultados obtidos na pesquisa do mestrado, que as atuais Políticas Públicas direcionadas aos indicadores socioambientais, culturais e educacionais decorrem da ocupação humana desordenada do espaço geográfico, resultaram do fluxo migratório que originou o município de Rorainópolis, no território roraimense, ocupando as terras devolutas da BR 174, a partir da década de 1970, formando pequenos aglomerados as margens da rodovia. m relação às Políticas Públicas educacionais, socioambientais e culturais no contexto que se vive no município, existe consciência da falta de conhecimentos e comprometimento de todos os envolvidos para com o todo, pois existe consciência de que o crescimento do município teve como principal e primordial, a interação dos diferentes segmentos sociais, como processo de construção das Políticas Públicas, focadas na educação com reflexos socioambientais e culturais. Atendendo as recomendações da tese de mestrado, destacamos os subsídios favoráveis a construção de um Plano Municipal de Políticas Públicas, com foco nas questões educacionais, deveria ter base na cultura e nos fundamentos socioambientais.

Palavras-chave: Políticas Públicas Socioambientais Culturais. Ferramentas para o Desenvolvimento Educacional.

¹ Escola Estadual Militarizada Antônia Tavares da Silva. Rorainópolis-RR. E-mail: dalvinoestevao@gmail.com

Resumen: A partir de y como continuación de la investigación que resultó en la tesis de maestría, esta indagación sobre la temática: Políticas Públicas Socioambientales y Culturales como herramientas para el desarrollo educativo de Rorainópolis/RR/Brasil, responde a través de interpretaciones, narrativas y descripciones a la estructuración del sistema educativo local, partiendo de las políticas públicas socioambientales y culturales que existen actualmente en la región. Sabemos, por los resultados obtenidos en la investigación de maestría, que las actuales políticas públicas orientadas a los indicadores socioambientales, culturales y educativos derivan de la ocupación humana desordenada del espacio geográfico; estas resultaron del flujo migratorio que originó el municipio de Rorainópolis, en el territorio de Roraima, ocupando tierras baldías de la carretera BR-174 a partir de la década de 1970, formando pequeños asentamientos a las orillas de la vía. En relación con las políticas públicas educativas, socioambientales y culturales en el contexto que se vive en el municipio, existe conciencia sobre la falta de conocimientos y compromiso de todos los involucrados con el conjunto, pues se reconoce que el crecimiento del municipio tuvo como eje principal y primordial la interacción de los diferentes segmentos sociales como proceso de construcción de las políticas públicas, enfocadas en la educación con reflejos socioambientales y culturales. Atendiendo a las recomendaciones de la tesis de maestría, destacamos los subsidios favorables para la construcción de un Plan Municipal de Políticas Públicas que, con enfoque en las cuestiones educativas, debería basarse en la cultura y en los fundamentos socioambientales.

Palabras clave: Políticas Públicas Socioambientales Culturales. Herramientas para el desarrollo educativo.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que a atualidade precisa renovar e transformar os saberes a todo o momento para o pleno desenvolvimento da humanidade e as diferentes áreas das ciências desempenha um papel importante no processo de transformação social e cultural, relacionando o homem, natureza e sociedade, historicamente no tempo e no espaço. O propósito deste trabalho será analisar as Políticas Públicas Socioambientais e Culturais como ferramentas para o desenvolvimento educacional de Rorainópolis/RR/Brasil.

Iniciando com o levantamento bibliográfico da ocupação humana no mundo, América, Brasil, em seguida região Amazônica, Estado de Roraima e por último o município de Rorainópolis/BR/RR, este sim, será o objeto de estudo.

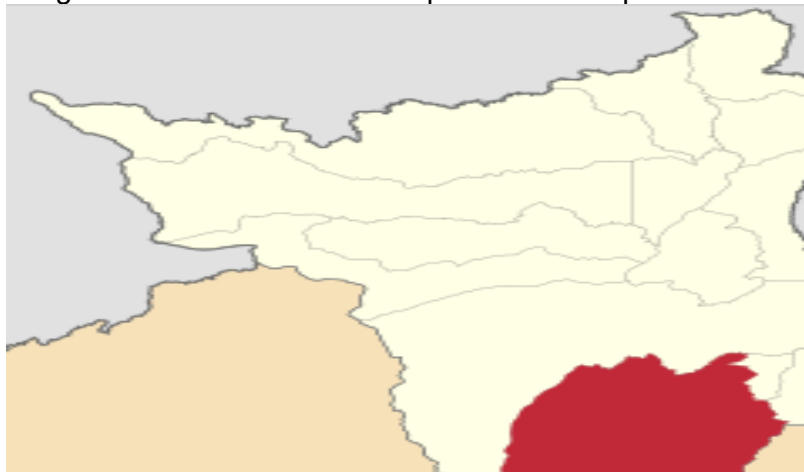
Em seguida buscamos informações sobre como as Políticas Públicas educacionais, socioambientais e culturais criadas e aplicadas na região sudeste do Estado de Roraima, Brasil, foram definidas a partir da ocupação humana das margens da BR 174.

Estas informações serviram de pressupostos para compreensão da ocupação humana e de base teórica na construção de um Plano Municipal de Políticas Públicas baseado nos princípios educacionais, socioambientais e culturais, relacionando ciência, tecnologia e sociedade, onde se respeite o meio ambiente e melhore a qualidade de vida da população local.

2.1 Contextualizando

O município de Rorainópolis estar localizado na região Sudeste do Estado de Roraima/BR, possui uma área de 33.596,525 mil km² e uma população estimada em 2019 de 30.163 mil pessoas, é o segundo município mais populoso do Estado perdendo apenas para a capital, Boa Vista, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). (Figura 1).

Figura 1 - Território do Município de Rorainópolis/BR/RR



Fonte: IBGE 2019

Roraima está localizado no extremo da região Norte, na parte setentrional do Brasil, na densa floresta amazônica e tem uma área de aproximadamente de 224.300,805 km² e 576.568 mil pessoas (IBGE, 2018).

A ocupação da região amazônica só foi possível quase 300 anos depois, final do século XVII, com a implantação do “Forte do Presépio”, onde se deu origem a cidade de Belém do Pará. Porém, os primeiros habitantes da Região Amazônica e do Estado de Roraima foram os povos ameríndios oriundos da região do Caribe.

A organização do espaço geográfico partiu do governo central em 1979 quando da instalação do INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e da implantação do Projeto de Assentamento Dirigido PAD-ANAUÁ, assinalando assim a consolidação da ocupação humana no município de Rorainópolis.

Com isso surge no entorno da sede do INCRA um aglomerado conhecido como “Vila do Incra”. Ocorre o crescimento da população vinculada aos fluxos migratórios que se destinavam para esta porção do Estado de Roraima, durante o final das décadas de 1970, 1980 e 1990.

Isto trás consigo inúmeros impactos ambientais marcados por destruição do ambiente, por falta da efetivação de Políticas Públicas e uma educação não pautada nos princípios socioambientais, que melhoraria a qualidade de vida de todos, ocupantes e do próprio ambiente.

2.2 Justificativa

Considerando que o aspecto pesquisado, a ocupação humana no município de Rorainópolis/RR/BR, sabemos que os primeiros habitantes do continente americano foram os povos nativos, ameríndios oriundos da Ásia e da Austrália, vindos pelos do continente asiático pelo Estreito de Bering e de jangadas pelas águas do Oceano Pacífico na Era Glacial, a milhões de anos atrás.

A ocupação, colonização e exploração do Estado de Roraima, foram marcadas pela edificação do posto de vigilância (1639-1800), como o Forte São Joaquim.

Os primeiros habitantes da região Sudeste do Estado de Roraima foram os povos ameríndios das tribos Waimiri Atroari e Waiwai. Só a partir da década de 70 com a abertura das BR, brasileiros da região do Nordeste do Brasil, principalmente do Estado do Maranhão, vieram trabalhar nas construções das rodovias, BR 174 e 210, como não existia um órgão fiscalizador e uma política de assentamento para a região, estes trabalhadores vendo a oportunidade de uma vida melhor trazem suas

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

famílias e ocuparam as terras devolutas, (terras pertencente ao governo federal), das margens das rodovias.

Com a chegada desses povos o governo federal preocupado com o contexto local cria e implanta as primeiras Políticas Públicas na região Sudeste do Estado de Roraima, PAD/ANAUÁ - Projeto de Assentamento Dirigido Anauá, para organizar e assentar os camponeses, e a escola Estadual José de Alencar, 1979, para oferecer educação básica aos filhos destes. Com os primeiros camponeses assentados na região vieram os problemas ambientais, desmatamentos, queimada e transformação do espaço geográfico.

Estamos em pleno século XXI, ultimamente o município de Rorainópolis/RR/BR é a região que mais cresce populacional, segundo maior município em número populacional do Estado, menor apenas que a capital, por isso, há necessidade de investigação sobre a ocupação humana e sua influência na dinâmica das Políticas Públicas para a região. É necessário que as Políticas Públicas sejam planejadas com o intuito que traga qualidade de vida as pessoas, respeitando a dinâmica da região, o meio ambiente e cultural relacionando ciência, tecnologia e sociedade.

3 MARCO TEÓRICO

Este capítulo contém subsídios teóricos baseados em autores, legislações e relatos que abrangem a temática em estudo. Destacamos que este arcabouço teórico fundamenta, principalmente, a análise e discussão dos dados coletados.

3.1 Histórico da criação do município de Rorainópolis

A base de estudo é o município de Rorainópolis, localizado na região Sudeste do Estado de Roraima, na Região Norte do Brasil, na América Latina.

A cidade foi criada com a instalação de uma sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, às margens da BR-174, isso na década de 1970. O Incra implantou um programa para distribuir terras, atraindo pessoas de todo o país. O município foi criado em 1995 com terras desmembradas de São Luiz, onde se localiza a sede municipal, e São João da Baliza. A população cresceu rapidamente e se tornou a segunda maior do estado. (IBGE, 2017, p. 1).

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

A cidade surgiu na década de 70 com o nome de “Vila do Incra” as margens da recém construída BR 174 e em volta da sede do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que foi instalado na região para implantar o PAD/ANAUÁ, Projeto de Assentamento Dirigido Anauá, que tinha como objetivo a organização das terras da região, em lotes, distribuindo e assentando as famílias vindas de várias partes do país que ocuparam desordenadamente as margens da BR.

Elevado à categoria de município com a denominação de Rorainópolis, pela Lei Estadual n.º 100, de 17-10-1995, desmembrado dos municípios de São João da Baliza e São Luiz. Sede no atual distrito Rorainópolis (ex-localidade de Vila de Rorainópolis ou Vila do Incra aglomerado rural), do município de São Luiz. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997. Em divisão territorial datada 2001, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2015. (RLIS, 2017, p. 1).

Com terras desmembrados dos municípios de Caracaraí, São João da Baliza e São Luiz do Anauá no dia 17 de outubro de 1995 através da Lei Estadual de número 100, o distrito de “Vila do Incra” emancipa-se com o nome de Rorainópolis. Hoje em dias se tornou o segundo maior município do Estado de Roraima, Brasil, em número populacional, com uma estimava em 2019 de 30.163 habitantes (IBGE, 2019).

3.2 Políticas Públicas

As Políticas Públicas constituem-se em conjuntos de ações, no caso do Brasil, desenvolvidas pelo Estado (municipal, estadual e federal) com vistas ao atendimento as necessidades da sociedade civil. Estas podem ser desenvolvidas pelo Estado ou em parcerias com organizações não governamentais e, como se vê mais recentemente no Estado brasileiro, em parceria com a iniciativa privada.

A sua aplicabilidade baseia-se em quatro elementos básicos: do envolvimento do governo, da percepção de um problema, da definição de um objetivo e da configuração de um processo de ação. “Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.” (Souza, 2003, p. 13).

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

Em relação às Políticas Públicas é importante ressaltar que desde o surgimento das civilizações, a partir da construção das primeiras cidades, delimitação dos territórios e a formação dos Estados, e o homem aprendeu a associar pensamento e ação, começou a se pensar em ações coletivas com objetivos sociais, relevantes e politicamente determinados em garantir a qualidade de vida ou não de um determinado povo.

Acciones o intervenciones gubernamentales que no están insertas dentro de una estrategia predeterminada de acción se excluyen de esta definición; al igual que aquellas medidas reactivas e improvisadas que tradicionalmente los gobernantes realizan para apaciguar las tensiones suscitadas por algún problema coyuntural. Otras acciones, como la ejecución de presupuestos por mandato legal, tipo regalías o transferencias, de no estar incluidas dentro de una mayor línea de acción tampoco pueden ser consideradas Políticas Públicas. (Quintero, et al; 2011, p. 28).

A região Amazônica, da qual faz parte o Estado de Roraima e dentro deste, o município de Rorainópolis tiveram as suas primeiras políticas públicas com implantações dos fortes, pois o governo português determinou que os militares luso-portugueses adentrassem rio Amazonas acima e implantassem essas arquiteturas em varias afluentes do referido rio, principalmente as margens do rio Branco, grande afluente do rio Amazonas no encontro dos rios Uraricoera e Tacutu, principais afluente do Rio Branco, edificou-se o Forte São Joaquim.

[...] o primeiro período de colonização (1639-1800), foi marcado pela edificação de postos de vigilância, como o Forte São Joaquim e missões religiosas. A política de aldeamentos estabeleceu as primeiras tentativas de colonização da Região, contudo as repetidas revoltas dos grupos nativos contra os aldeamentos, o isolamento da região e a dependência da capital, (Manaus-AM), em termos de suprimentos comprometeram essa política colonizadora. (Vale, 2014, p. 87).

Porém, no município de Rorainópolis teve início a partir da década de 70, no período dos governos militares, com o intuito de integrar o país, o governo federal ordenou a construção das BR 174 e 210, interligando o Estado do Amazonas ao território do Estado de Roraima.

[...] com os governos militares, neste período observamos a presença maciça das políticas de ocupação humana e territorial rumo a Amazônia, com a implementação de infraestrutura, como por exemplo, a construção de eixos rodoviários, implantação dos projetos de assentamentos agrícolas, entre outros. (Oliveira, 2014, p. 60).

O Estado de Roraima tem como ponto de destaque das Políticas Públicas, além da construção do “Forte São Joaquim”, aldeamento dos ameríndios/índios, criação de gado de corte, o grande destaque veio com o Plano de Integração Nacional (PIN) em 1970. Com esta política de desenvolvimento o Estado tentará promover o desenvolvimento econômico, não só pela entrada de recursos financeiros alocados dos projetos do governo federal, como a vinda de imigrantes de diversas regiões do país que viviam na miséria, com o sonho de adquirir um pedaço de terra assim puder sustentar sua família.

A notícia de que uma nova colônia havia se formado na região, deflagrou um processo migratório extenso e veloz, fruto da divulgação da existência de muita terra devoluta a ser ocupada por todos aqueles que estivessem dispostos a realizar a empreitada. Como a grande maioria desses trabalhadores era migrante do estado do Maranhão, assim que criavam as condições mínimas de sobrevivências nos lotes, entravam em contato com parentes e conhecidos do Estado natal, ou mesmo com aqueles que já se encontravam em Roraima, para que eles demarcassem seu lote na recém-iniciada área de colonização. (Vieira, 2016, p. 25-26).

Na região Sudeste do Estado de Roraima a partir do projeto da abertura das BR, 174 e 210, vieram os primeiros trabalhadores e estes foram se apropriando das terras das margens das rodovias, depois buscaram nas suas regiões de origem os seus familiares e amigos, assim se deu a ocupação do território, surgimento de vilas, distritos e cidades no município de Rorainópolis.

Com as apropriações das terras pelas famílias, após abertura das BR, o governo federal desencadeou conjuntos de ações para organizar essas famílias nas terras ocupadas, tais como: Em 1979 o INCRA criou o Projeto de Assentamento Dirigido Anauá, que estimulou o surgimento de um pequeno aglomerado que passa a se chamar Vila do Incra, pois havia uma base do instituto nesse lugar as margens da rodovia BR-174.

A implantação da rodovia BR-174, incrementou sem dúvida o povoamento no estado de Roraima. Um grande número de imigrantes começou a ocupar suas terras, de forma espontânea e com apoio da Prefeitura de Caracaraí, sendo estes programas de assentamentos regularizados anos mais tarde pelo governo do Estado e pelo o INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Neste processo de povoamento, não só foram atraídos colonos de outras regiões, pela a oferta de terras disponíveis, como também, agropecuários e madeireiros de Roraima, que recorreram à colonização, para participar desta larga marcha de apropriações de terras e recursos em direção ao Sul e Sudeste do Estado. (Mourão, 2008, p. 33).

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

As Políticas Públicas na região Sudeste do Estado de Roraima se deram a partir da abertura da malha viária, BR 174 e 210, instalação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), através da resolução Nº 141 de 07 de outubro de 1975, e implantação do Projeto de Assentamento Dirigido-PAD/ANAUÁ, por meio da resolução Nº 95 de 11 de junho de 1979, devido à apropriação das terras as margens das BR pelas pessoas que vieram trabalhar na construção de pontes e terraplanagem.

3.2.1 Política Pública Socioambientais

Dessa maneira, os atrativos econômicos para a depleção de coberturas vegetais e a exploração de biomas florestais são muito significativos no Brasil. Apesar de haver esforços para mitigar tais práticas, como já dito anteriormente, os instrumentos legais não têm sido suficientes para confrontar as vantagens econômicas que o uso, muitas vezes inadequado, dos recursos naturais pode trazer aos executores de tais ações. (Serrano e Barbieri, 2008, p. 13).

A região possui uma enorme riqueza em recursos naturais com potencial para alavancar o seu desenvolvimento, mas, desde que sejam explorados de forma que respeite o ambiente.

Os primeiros afetados pelas políticas foram os ameríndio/índios da região Waimiri Atroari, viviam a 50 km de Manaus tiveram que deslocarem para as margens dos rios Alalau e Jauaperi, a 150 km de distância da capital do Estado do Amazonas e principalmente com a abertura da BR 174 que cruzou a reserva de sul a norte, interligando o Estado do Amazonas ao país da Venezuela.

Primeiro, el contacto violento con los indios Waimiri-Atroari, localizados em los Km-225 y 346 de la carretera BR-174 y los indios Wai-Wai que abarcan parte de los municipios de Caracaraí, Rorainópolis y Caroebe. Estos indios tuvieron sus reservas cortadas al medio por las carreteras y los conflictos procedentes de este contacto sin beneficios para la comunidade indígena, permanecen hasta el día de hoy. (Souza, 1977, p. 31).

Os primeiros contados com o homem branco não foram tão harmoniosos, por ser um povo guerreiro perderam muitas vidas em confrontos, assim sendo sofreu um dano social e cultural irreparável. Por outro lado, a abertura da BR 174 trouxe sérios impactos ao ambiente natural.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

El segundo hecho de importante impacto en el medio ambiente es la deforestación excesiva de la selva. Los asentamientos rurales a lo largo de estas carreteras desencadenan también un violento proceso de deforestación, debido a las prácticas y técnicas utilizadas por los colonos y otros agentes (terratenedores, madereros) en las actividades agrarias y de explotación de recursos. (Souza, 1977, p. 32).

Além desses fatores, temos a maneira como as famílias ocuparam a região Sudeste do Estado de Roraima, Rorainópolis, e as políticas de assentamentos implantadas pelo governo, federal e estadual, uma vez que as famílias foram assentadas no meio da floresta sem nenhuma condição básica para viver e explorar os recursos naturais da densa floresta impossibilitou o desenvolvimento sustentável.

[...] uma migração espontânea para um espaço que, na época, o governo territorial tentou evitar, mas não conseguiu, apesar de toda autoridade de que estava investido. Isto mostra a força do movimento e de sua motivação; mesmo sem os subsídios e vantagens fiscais, a busca pela terra e o que ela prometia era suficiente para sua ocupação. (Santos, 2013, p. 174).

Assim, a intervenção no ambiente tem provocado cada vez mais uma constância e profunda escassez dos estratos naturais do planeta por causa da depredação desordenada, gerando assim consequências mais intensas e imediatas que só as populações mais vulneráveis do país sentem.

3.2.2 Política Pública Educacional e Cultural

O Estado de Roraima, principalmente o município de Rorainópolis, é formado por pessoas que migraram de várias regiões do Brasil e de países de língua latina, como Venezuela, Haiti, Colômbia e entre outros de língua germânica, Guiana Inglesa, Francesa entre outros. Portanto, possui uma diversidade cultural imensa, sem esquecer a cultura dos povos nativos da região.

O homem se torna, então, um ser cultural, capaz de produzir, ou seja, capaz de criar e acumular experiências e principalmente de transmiti-las socialmente. Desenvolve padrões de comportamento grupal, hábitos e costumes diferentes, sempre renovados, que foram de fundamental importância para sua sobrevivência. (Marconi e Presotto, 2017, p. 77).

Como cultura é tudo aquilo que os homens e mulheres criaram ou criam para resolver as suas necessidades, tais como: o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, idioma, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

humano não somente em família, como também por fazer parte de uma sociedade da qual se faz membro. “*Cada sociedad tiene ideas (valores y normas) sobre cómo la gente en situaciones particulares debe sentir y sobre cómo debe actuar.*” (Ember e Peregrine, 2004, p. 266).

O ser humana não nasce com todo esse conhecimento biologicamente, então, a cultura é transmitida pelo adulto de pessoa para pessoa, de geração a geração e ela varia no tempo e no espaço.

Atitudes, condutas e comportamentos fazem parte intrínseca do complexo cultural e são ditados pelas normas e padrões adotados pelo grupo, como saudáveis ao desenvolvimento sociocultural. Toda cultura está sujeita a mudanças, mas os padrões de comportamento, tanto individual quanto grupal, conservam-se mais ou menos estáveis. A persistência desses padrões é mais acentuada nas sociedades simples, cujas mudanças, de uma geração para outra, são, às vezes, imperceptíveis. (Marconi e Presotto, 2017, p. 183).

A região Sudeste é a que mais têm crescido nos últimos anos em número populacional no Estado e Rorainópolis está localizado neste território, porém se tornou um celeiro de variedade cultural com pessoas de todas as regiões do Brasil e de outros países. Encontramos pessoas tomando Chimarrão, cuja origem é do Rio Grande do Sul, Tererê, tradição do Mato Grosso do Sul; Tacacá, vindo do Pará, comendo Acarajé, origem da Bahia; Arroz Pegado, oriundo do Maranhão, Peixe Frito com farinha grossa de mandioca, cuja origem é do Amazonas, incluindo a Chipa, tipo de bolo venezuelano feito de polvilho de mandioca.

Considerando o contexto sócio-cultural, vislumbra-se em Rorainópolis uma rica diversidade étnica. Em sua população encontra-se marcadamente a presença dos povos indígenas, sendo que em seu território estão as terras indígenas: Waimiri-Atroari, Yanomami e Wai-Wai; além de migrantes de várias regiões do Brasil, constituindo um panorama étnico-cultural bem peculiar. Outra característica importante é a presença de populações ribeirinhas, vivendo às margens dos rios na região denominada Baixo Rio Branco e Baixo Rio Jauaperi. (Souza, 2010, p. 24).

Com eles vieram técnicas, visões e maneiras culturais distintas de vê e manejar os recursos da natureza, enquanto que, alguns usam técnicas rudimentares para plantio e cultivos, outros derrubam e exploram desordenamentos as arvores visando lucro fácil.

Por ser diversificado culturalmente existe a necessidade de priorizando o contexto loco regional, destacando: educação, saúde, transporte e segurança,

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

principalmente em ações que motivem a população ao acesso diário com a evolução em Ciências, Tecnologias e Infraestrutura.

3.2.3 Política Pública Educacionais

Como o município de Rorainópolis está localizado na densa floresta amazônica, tendo sido povoado por pessoas de diversas regiões do Brasil e, entre estes, povos de outros países, devem-se observar as políticas educacionais com carinho levando em conta a alteridade.

[...] sendo a escola parte integrante e contextualizada da sociedade, observamos que diferentes manifestações de preconceito, discriminação, diversas formas de violência – física, simbólica, bullying –, homofobia, intolerância religiosa, estereótipos de gênero, exclusão de pessoas deficientes, entre outras, estão presentes em nossa sociedade, assim como no cotidiano das escolas. (Pieronl et al., 2014, p. 23).

Tendo como um dos maiores desafios aliarem-se a educação pela sensibilização, que forma pessoas conscientes e sensíveis à cidadania, sujeitos atentos as diversidades culturais, aos problemas socioambientais que sejam capazes de participar das decisões e transformações do contexto local.

[...] a educação sempre tem a ver com uma vida que está mais além de nossa própria vida, com um tempo que está mais além de nosso próprio tempo, com um mundo que está mais além de nosso próprio mundo (...) e como não gostamos desta vida, nem deste tempo, nem deste mundo, queríamos que os novos, os que vêm à vida, ao tempo e ao mundo, os que recebem de nós a vida, o tempo e o mundo, os que viverão uma vida que não será a nossa e em um tempo que não será o nosso e em um mundo que não será o nosso, porém uma vida, um tempo, um mundo que, de alguma maneira, nós lhe damos. (Larrosa, 2016, p. 36-37).

A educação de forma geral e transversal, que necessita mover-se de simplesmente enfatizar a afeição pelos animais, por um entendimento ecológico mais amplo das espécies em relação ao seu ambiente natural e, como isso está, em última análise, relacionado a uma sobrevivência mais longa do homem.

As relações do homem com o ambiente é um espaço privilegiado de construção de conhecimentos, estimulando ao espírito reflexivo e construção de valores pertinentes ao viver e garantir às gerações futuras as relações socioambientais, um dos maiores legado que pode deixar às novas gerações, uma

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

preocupação legítima e pertinente, que pelo jeito parece que não gostamos deste tempo e nem deste mundo, porque destruímos quase tudo que ele nos oferece.

Diante disso, precisamos assumir a responsabilidade de formar gerações futuras compromissadas com uma sociedade mais justa e sustentável.

A Educação Ambiental embasa-se na busca constante do equilíbrio do homem com a natureza, onde o homem ao explorar os recursos contidos na natureza, não a destrua, desenvolvendo-se e evoluindo através da sustentabilidade, com vistas a um futuro feliz para a natureza e o homem. (Marques e Oaigen, 2009, p.59).

A Educação deve ser entendida como uma política, no sentido de que o sistema econômico, a estrutura social, a maneira de se gerar produção, o nível e a distribuição de renda e riqueza, são variações que condicionam a atuação humana sobre o ambiente e a maneira que devemos trabalhar a alteridade cultural.

Cuestiona el proyecto totalizante del conocimiento objetivo y la fijación del conocimiento en el presente, de la historia basada em hechos”, de un futuro limitado a la extrapolación de las tendencias de la realidad, sin cambio, sin creatividad, sin posibilidad. El diálogo de saberes parte de la idea de pensar la relación entre el ser y el saber, de la reapropiación del mundo desde la reconstitución de la identidad; abre el concepto genérico del ser (Heidegger) para pensar la diversidad del ser cultural dentro de una política de la diferencia (Leff, 2003, p. 30).

Há muito tempo se discutindo a educação escolar como política pública, acredita-se, se for trabalhado as questões socioambientais e das diversidades culturais nas escolas desenvolveram o senso crítico com valores que respeite o que é diferente nas pessoas.

A Educação Ambiental vem sendo uma luta constante, e o maior embate é a implementação dela, em determinados grupos sociais, como forma de sustentabilidade, a partir do momento, em que o homem consiga perceber que o meio ambiente é de todos, e, que ele de modo geral é um meio ambiente particular e individualizado e que todos os seres precisam interagir de forma harmônica para a sobrevivência de todos e sustentabilidade planetária. (Silva, 2013, p. 80).

O planeta Terra está vivendo com problemas estranhos e fatos inusitados que se manifestam em relação ao ambiente, sejam eles de ordem climática, secas, tempestades, tornados, tsunamis ou ao aparecimento de grandes problemas nas áreas produtivas de alimento do planeta como pragas.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

Tais fatos talvez se deva a danosa influência do modo de vida que a humanidade escolheu para seguir, este que promove uma grande utilização exacerbada dos recursos naturais que nosso mundo tem a oferecer.

[...] a educação deve se orientar de forma decisiva para formar as gerações atuais não somente para aceitar a incerteza e o futuro, mas para gerar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir, num processo contínuo de novas leituras e interpretações, configurando novas possibilidades de ação. (Jacobi, 2005, p. 29).

A crise ambiental planetária que vivemos hoje é consequência de um processo histórico de degradação ambiental, processo este dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelo desenvolvimento científico e tecnológico não reflexivo e por uma ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais.

O redimensionamento da educação no Estado de Roraima, principalmente no município de Rorainópolis, deve basear-se pelos campos da alteridade, cultural e sustentabilidade ambiental.

A primeira ação de política educacional para a região Sudeste foi à construção e instalação da escola Estadual José de Alencar, no final da década de 70, no Baixo Rio Branco, em Santa Maria do Boiaçu, na época distrito municipal de Caracaraí, Roraima, um dos mais antigos, foi fundado no dia 15 de abril de 1950, pelo senhor Francisco Damásio.

No dia 6 de novembro de 1979, através do Decreto Lei nº 76, o Governador Ottomar de Souza Pinto transfere do município de Caracaraí para Vila do Incra (Rorainópolis), município de São Luiz, a Escola José de Alencar, a escola, hoje, só atende alunos da educação básica, ensino médio. (SEED, 2019, p. 10).

Na época o projeto original da BR 174 era passar as margens desse distrito, mas por problemas de solos pantanosos da região que dificultava a terraplanagem mudou-se a direção da via para o onde se encontra hoje, as margens da cidade de Rorainópolis. Porém, por falta de alunos em Santa Maria do Boiaçu e ter surgido uma nova comunidade as margens da BR - 174, Vila do Incra/Rorainópolis, que rapidamente se povoou, porém, em detrimento do número de crianças que

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

precisavam estudar o governo do Estado transfere a instituição de ensino para o novo distrito.

Um desenho curricular baseado na alteridade e cultura são colunas vertebrais para a educação contemporânea, esteja ela no velho mundo que nos criou, na América ou no Brasil que recriamos ou nos horizontes que projetamos para o futuro socioambiental do planeta Terra.

3.2.3.1 A Educação como processo interativo

Sendo oriundo da Sibéria, Mongólia, “os indígenas das Américas parecem-se com os povos mongoloides, como os atuais chineses ou japoneses”, (Funari e Noelli, 2017, p. 35), essa é uma das hipóteses. Mas há outras, a que eles partiram da Austrália, no mesmo período, através de jangadas, pequenas embarcações, pelas águas e ilhas do Oceano Pacífico e, assim, chegaram a América Central, Panamá, e a partir deste ponto ocuparam a América do Sul, ou, pode, ter acontecido os dois processos ao mesmo período.

Não sabemos bem como se deu esse processo, ainda que seja pelo Estreito de Bering, ou pelos Polinésios ou por outra rota alternativa, a certeza que podemos ter é que, quando os navegadores e colonizadores europeus, português, espanhol, francês, inglês e holandês chegaram ao Continente a partir dos séculos XV e XVI, encontraram os povos ameríndios, desde a América do Norte até a América do Sul, principalmente no território brasileiro. “As pesquisas arqueológicas têm revelado que entre 12 e 5 mil AP, os grupos humanos viviam de diferentes formas, em diferentes lugares, em quase todo o território do Brasil.” (Funari e Noelli, 2017, p. 57).

A ocupação do Continente Americano pelos europeus se deu a partir do ano de 1492, com a expedição do navegador italiano Cristóvão Colombo, financiada pelos Reis Católicos de Espanha. A da América do Sul, Brasil, no século XVI, pelos portugueses, a partir da chegada da frota de navios comandada pelo navegador português Pedro Alves Cabral, em 22 de abril de 1500.

A primeira riqueza explorada foi o pau-brasil. “A exploração do pau-brasil determinou os primeiros contatos entre portugueses e os habitantes da terra.” (Furtado, 2001, p. 65).

A partir de 1530, com declínio do comércio das Índias oriental, antes dominado pelos lusos, o rei de Portugal cria um plano de ocupação e exploração

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

territorial das terras da América portuguesa, Brasil, com plantação de cana-de-açúcar, com objetivo de produzir e abastecer o comércio europeu com açúcar. “Entre as riquezas que os capitalistas de Lisboa que se interessaram pelas capitâneas oferecidas por D. João III pensaram em criar no Brasil destaca-se, em primeiro plano, o açúcar.” (Furtado, 2001, p. 93), Martim Afonso de Souza foi o primeiro colonizador a chegar a terras brasileiras em 1532.

3.3 Ocupação Territorial e a Educação para o Desenvolvimento Sustentável-EDS

A escrita foi uma criação dos sacerdotes sumérios a 4 mil anos antes de Cristo, porém, de acordo ao tempo de surgimento, a educação em termo geral deveria ser um direito fundamental dos povos e dever do Estado, mas se constitua em uma das formas de discriminação social em nossa sociedade, somos sabedores que, em pleno século XXI, nem todas as pessoas tem acesso a tal forma de conhecimento. A educação é um fator importante e necessário para o entendimento de uma consciência em relação ao desenvolvimento da sustentabilidade.

Em relação à Educação para o Desenvolvimento Sustentável-EDS a Constituição Federal brasileira de 1988, em seu artigo 225, inciso VI, a qual estabelece ser dever do Estado e de todos promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do ambiente natural.

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave:

- O conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;
- A noção de “limitações” que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (ONU, 1991, p. 46).

Desenvolvimento sustentável é um termo que vem sendo discutido desde o ano de 1986. “O conceito de desenvolvimento sustentável foi incorporado como princípio na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, mais conhecida como Rio-92, servindo de base para a formulação da Agenda 21.” (Badr et al, 2017, p. 23).

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

Como chegar ao consenso sobre uma área, onde predomina preservação ambiental, responsabilidade social e diminuição de custos, ao mesmo tempo satisfazendo as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem os seus próprios anseios, ou seja, sem comprometer os recursos naturais, ou seja, entregar o planeta Terra aos nossos descendentes melhor do que nós encontramos.

O Capítulo 36 da Agenda 21 apresenta três áreas de programas: 1. reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável; 2. aumento da consciência pública; e 3. promoção do treinamento. Com relação à primeira, tanto no ensino formal quanto no informal, a reorientação para o desenvolvimento sustentável é considerada indispensável para modificar a atitude das pessoas e para conferir consciência ambiental, ética, valores, técnicas e comportamentos em consonância com as exigências de um novo padrão de responsabilidade socioambiental. (Barbieri e Silva, 2011, p. 58).

Apesar do município de Rorainópolis se tratar de uma região em fase inicial de colonização e de desenvolvimento, o setor agropastoril encontra-se em fase de modernização, com zona rural povoada e degradada, e a cidade concentrando grande parte da população, onde consomem e produzem resíduos sólidos.

Portanto, um modelo de educação capaz de ajudar as pessoas a entender melhor o mundo em que vivem, tratando da complexidade e também, que saiba relacionar os grandes problemas que a finge a humanidade como pobreza, consumo predatório, degradação ambiental, deterioração urbana, saúde, conflitos e violação dos direitos humanos, onde os indivíduos se tornem atores responsáveis em resolver problemas, respeite a diversidade cultural e contribuam para a criação de um mundo sustentável.

Elaborar um plano de educação no Brasil, hoje, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País. Portanto, as metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias (PNE, 2014, p. 9).

A educação, de um modo geral, é sintética: destina-se a transmitir, de uma geração para outra, a base do conhecimento humano, acumulado e aperfeiçoado durante os tempos. Estes conhecimentos, produzidos através de um processo contínuo e que atinge a pessoa durante toda a sua existência, permitirão uma visão crítica do mundo e darão condições para transformá-lo, segundo os valores que o homem tem atualmente ou os valores que as gerações futuras venham a alcançar.

Nesse sentido, visando consolidar propostas da educação em desenvolvimento, o documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), proposta no Brasil em 2016, assim sendo, a educação tem como objetivo contribuir de maneira significativa com o processo de conscientização e sensibilização na transformação social, bem como fomentar as mudanças de padrão necessárias para uma vida sustentável.

São três os estágios que o “homem” deve transcorrer para atingir a referida consciência ecológica. Num primeiro momento, perceberá que o ambiente apresenta problemas e desequilíbrios ambientais que geram impactos negativos para suas comunidades. Posteriormente, irá questionar-se sobre o quanto é responsável por estes impactos, alcançando, finalmente, o despertar para a importância da preservação do que ainda resta através da mudança de suas atitudes e do seu comportamento. (Santos, Oaigen e Araújo, 2017).

A filosofia da sustentabilidade deverá sempre e em todos os casos ser o horizonte normativo de todos os projetos. Com ênfase especial aos ligados ao processo ensino aprendizagem, gerando uma educação caracterizada pela alteridade, responsabilidade e cidadania. O grande desafio consiste em apostar na geração, que atualmente frequenta os bancos escolares, que serão os futuros atores que construirão formas e modelos concretos para uma sociedade alicerçada no respeito ao diferente, as diversidades culturais e num desenvolvimento sustentável.

3.4 Lei Orgânica do município de Rorainópolis

O interesse pela hegemonia e ocupação da Amazônia era uma preocupação antiga do governo de Portugal, desde o século XVII, após a União Ibérica o império português viveu um período de crise econômica, por perder parte de suas colônias africanas e asiáticas para os holandeses.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

As implicações geopolíticas de ordem externa também pesaram: a vulnerabilidade da extensa e isolada região quanto à organização de focos revolucionários; o dinamismo interno dos países vizinhos, que, embora menos industrializados, têm também movimentos de investimento e de população para suas Amazônias, que são mais próximas dos respectivos centros vitais. A essas preocupações, soma-se a necessidade de assegurar a presença do Brasil na exploração dos recursos da Amazônia sul-americana. (Becker, 1998, p. 12-13).

Com medo do seu concorrente, a Holanda, que fundou na América do Sul a colônia de Suriname, na época abrangia até o território que hoje pertence à República da Guiana, e poderia através dos rios Tacutu e Branco estabelecer relações comerciais com os índios e brancos das margens do rio Negro, o governo português determinou aos militares luso-portugueses o fechamento das vias fluviais que desse acesso à região Amazônica com a construção e implantação de arquiteturas militares, fortes, na cabeceira do rio Amazonas, região de Barcelos, no ponto em que se dá a formação do rio Branco, principal afluente do rio Negro, na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu, construíram o forte São Joaquim, hoje Roraima, e também entre outras localidades da região Amazônica.

[...] o primeiro período de colonização (1639-1800), foi marcado pela edificação de postos de vigilância, como o Forte São Joaquim e missões religiosas. A política de aldeamentos estabeleceu as primeiras tentativas de colonização da Região, contudo as repetidas revoltas dos grupos nativos contra os aldeamentos, o isolamento da região e a dependência da capital, (Manaus-AM), em termos de suprimentos comprometeram essa política colonizadora. (Vale, 2014, p. 87).

“Os campos do Rio Branco, hoje Roraima, foi envolvida em praticamente todas as fases históricas de ocupação da região.” (Santos, 2013, p. 59). Iniciando com a construção do forte São Joaquim, aldeamento dos nativos pelos padres jesuítas, exploração de drogas dos sertões, implantação das fazendas para criação de gado de corte. “Com a fundação do forte de São Joaquim e a implantação das *fazendas reais*, os campos do rio Branco estavam incorporados ao projeto amazônico de ocupação e domínio [...]” (Santos, 2013, p. 62).

Com o mercado amazonense consumindo todo excedente de carne bovina da região, as fazendas vão se firmando economicamente e onde era a fazenda da Boa Vista do Carmo, em 1830 origina a cidade de Boa Vista. Em 9 de julho de 1890 o governador amazonense Augusto Ximeno de Ville Roy criou o município de Boa Vista do Rio Branco, hoje capital do Estado de Roraima.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

Território Federal de Roraima foi instituído em 1943, por meio do Decreto-Lei n.º 5.812, que criou ainda os Territórios do Amapá, Guaporé (Rondônia), Ponta-Porã e Iguaçu, sendo esses dois últimos extintos pela Constituição de 1946. De 1946 a 1964, o Território Federal de Roraima foi marcado pela descontinuidade política e pelas constantes trocas de governantes. (Silva, 2015, p. 26).

Durante o Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas, em 1943, através do Decreto-lei n.º 5.812, de 13 de setembro, são criados os Territórios Federais do Amapá, Guaporé (atual estado de Rondônia), e Rio Branco (atual estado de Roraima). Este último, desmembrado de uma área de terra pertencente ao Estado do Amazonas e na época possuía somente dois municípios, Boa Vista e Catrimani, no Baixo Rio Branco.

Como havia extravio constante das correspondências direcionadas ao Território do Rio Branco para a capital do Estado do Acre, que tinha o mesmo nome, Rio Branco, através do projeto Lei n.º 4.182, de 13 de dezembro de 1962, passou a denominar-se Território Federal de Roraima. A partir da promulgação da nova Constituição do País, em 5 de outubro de 1988, foi extinto o Território Federal de Roraima e deu lugar ao Estado de Roraima.

Para escoar a produção da região e dar acesso aos mercados consumidores, Manaus, Venezuela e Guiana Inglesa, a partir da década de 70, elaborou um Plano Rodoviário Terrestre para construção das BR 174, 210 e 401, que integraria ao Estado do Amazonas e demais países vizinhos.

Como parte das medidas propostas, foi elaborado um Plano Rodoviário Territorial, que deveria garantir o acesso a três mercados consumidores "seguros": a própria Amazônia, a Guiana Inglesa e a Venezuela. Os troncos principais deveriam partir de Boa Vista em direção às duas últimas. Daí partiriam cinco vicinais, a principal de Boa Vista a Caracaraí, que foi iniciada logo em seguida e integrada depois à BR 174, que liga atualmente Manaus a Boa Vista e esta à fronteira com a Venezuela. (Santos, 2013, p. 71).

Com a política de integração do território federal por vias terrestre, através do governo federal, a partir da década de 70, inicia as obras de aberturas e construção das BR 174 e 210, na região Sul e Sudeste do Estado de Roraima, com vieram as primeiras levas de famílias, que sem nenhum plano organizacional do espaço para a região, elas foram ocupando desordenadamente as margens das referidas BR, surgindo assim, distritos como São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Caroebe, Entre Rios e Vila do Incra no município de Caracaraí. Os governos federal e

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

estadual preocupados com tal situação desencadearam conjuntos de medidas para organizar o espaço ocupado, ordenando as famílias em lotes que medem de 60 a 100 hectares.

Para isso, no ano de 1979, o governo instala nas duas regiões, sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para implantar o Projeto de Assentamento Dirigido-PAD/ANAÚÁ, por meio da resolução Nº 95 de 11 de junho do mesmo ano.

Foi às margens da BR 174, em frete a sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do lado esquerdo da BR, sentido a Boa Vista, capital do Estado, na região Sudeste do Estado de Roraima, que surgiu o distrito de nome Vila do Incra, hoje Rorainópolis. A primeira cidade quando se chega a Roraima, após sair do Estado do Amazonas e atravessar a reserva Indígena Waimiri Atroari.

Entre 1979 e 1983, o território foi administrado por Ottomar Pinto, que implantou uma política de cooptação das forças locais, e incentivo à migração, implantação de projeto político próprio, rompendo com parte das lideranças roraimenses. (Santos, 2004, p. 213).

4 MARCO METODOLÓGICO

A realização de uma pesquisa científica necessita de um conjunto de procedimentos que envolvem propósito dotado de atividades primordiais baseada em leis particulares e normas impostas em metodologia, pensamento lógico e razão, linguajar exato e adequado operações do pensamento, análises e discussões estratégicas, são essenciais para um raciocínio coerente na construção de um conhecimento científico.

Assim sendo, definimos o tipo de pesquisa, métodos e técnicas pesquisa, população alvo e amostra, indicadores, instrumentos de coleta e análise de dados e os Designs Metodológico e Epistemológico que são fundamentos essenciais para produção científica.

4.1 Caracterização do tipo de Pesquisa

A pesquisa realizada teve abordagem qualitativa, pois, foi a que mais se adequou as características, explorando o que necessita ser feito sem identificar os

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

valores, característica fundamental da abordagem quantitativa, porque os dados analisados por este método não estão baseados em números e sim, em aspectos narrativos, interpretativos presentes nos processos dialéticos e dialógicos.

Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. (Gil, 2016, p.26)

A integração e interação entre o pesquisador e o objeto de estudo se faz necessário para o desenvolvimento desta pesquisa, levando em conta as peculiaridades e as particularidades do ambiente e a experiências individuais do pesquisador, assim, a pesquisa qualitativa constitui um caminho adequado para isso, com metas e ações direcionadas a entender o porquê de certas coisas e como ela será compreendida.

Na pesquisa qualitativa, de forma muito geral, segue-se a mesma rota ao realizar uma investigação. Isto é, existe uma escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações. É indispensável, não obstante isso, fazer alguns esclarecimentos importantes. (Triviños, 2007, p.131).

4.2 Metodologia, Métodos e Técnicas de Pesquisa

A metodologia básica desta pesquisa usou o Método Bibliográfico, o Método Dialógico e o Método Hermenêutico. Na sequência os caracterizamos:

a) Método Bibliográfico: buscamos apoio na legislação municipal e estadual fundamentada na Lei Orgânica do Município de Rorainópolis/RR, destacando os indicadores presentes na Matriz Analítica usada os registros necessários;

b) Método Dialógico: analisa a realidade a partir da confrontação de teses, hipóteses ou teorias, sugerindo caminhos para que o interlocutor seja capaz de encontrar a resposta procurada em si mesmo.

c) Método Hermenêutico: busca a compreensão total da realidade, discutindo com outros métodos e outras formas de compreender a realidade, propondo respostas que outros paradigmas não dispõem, tem o sentido de “interpretar”, “explicar” de uma forma geral a passagem textual em questão, tentando nela encontrar a alegoria presente da qual um objeto pode significar.

Como técnica usada foi utilizada a Análise de Conteúdos e as discussões necessárias, utilizada na análise de dados qualitativos, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento, decodificação de símbolos, sinais e mensagens.

4.3 Indicadores

Para levantar, analisar e discutir dados de forma ágil e transparente definimos alguns indicadores, tais como:

a) Políticas Públicas: conjunto de ações elaboradas pelo poder público, que pode ser aplicadas pelo Estado em parcerias com instituições privadas, ou não, para melhoria e qualidade de vida das pessoas.

b) Socioambiental: significa a adoção, individual ou coletivamente de práticas em benefício da sociedade e do ambiente, preservando o mesmo e melhorando a qualidade de vida das pessoas e dos seres vivos a qual fazem partes.

c) Culturais e Educacionais: tudo aquilo criamos para as nossas necessidades, incluído o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano não somente em família, como também na sociedade da qual faz parte.

d) Ocupação Humana: ação de apropriação desordenada das terras devolutas/virgens da Região Sudeste do Estado de Roraima, Brasil, pertencente às margens das BR 174 e 210, durante as décadas de 70 e 80, por famílias de camponeses, principalmente nordestinos.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Por ser um tipo de pesquisa qualitativa, a análise e discussão dos dados foi realizada com base no método de pesquisa Etnográfico e auxiliado pelos métodos Hermenêutico e Dialógico.

A pesquisa documental e bibliográfica envolveu o estudo sobre a Lei Orgânica do Municipal - (LOM) de Rorainópolis/RR/BR: Políticas Públicas, questões socioambientais, Políticas Culturais, Políticas Educacionais e Políticas de Ocupação Territorial do espaço físico da região.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

Possibilitou ainda a obtenção de dados e informações acerca das políticas de ocupação e políticas públicas ambientais para a Amazônia Legal, com destaque para o Município de Rorainópolis, Estado de Roraima, Brasil.

Os registros foram coletados através de um Questionário Semiestruturado, com perguntas descritivas, aplicado a vários segmentos da sociedade rorainopolitana, organizados em Matrizes Descritivas e analisado por meio de Matrizes Analíticas.

Assim, a pesquisa efetuada para este artigo incluiu análise da Lei Orgânica do Municipal de Rorainópolis e as opiniões e/ou percepções da contribuição das políticas públicas para o desenvolvimento educacional do município de Rorainópolis/RR.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

No.	Indicadores	LEI ORGÂNICA MUNICIPAL (27 de Março de 1998)	LEGISLAÇÃO ESTADUAL (LEI COMPL. Nº. 007 de 26 de Agosto de 1994)
5.1.1	<p align="center">Políticas Socioambientais</p>	<p>Art. 5º VI - assegurar a defesa da ecologia, mediante convênios com o Estado e a União, nos termos da legislação superior pertinente, complementando-a, no que couber; XVII - dispor sobre depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;</p> <p>Art. 6º VI - proteger o meio ambiente; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora; XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território; XIV - promover e incentivar o turismo no Município como fator de desenvolvimento social e econômico.</p> <p>Art. 7º III - a defesa da flora e da fauna, assim como, dos bens e locais de valor histórico, artístico, turístico ou arqueológico; IV - prevenção, combate e extinção de incêndios;</p> <p>Art. 167. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Parágrafo único. Para assegurar a efetividade do meio ambiente, incumbe ao Poder Público municipal: I - preservar e restaurar os processos ecológicos e prover o manejo das espécies e ecossistemas; II - preservar e fiscalizar a diversidade, a biodiversidade e o patrimônio genético, na forma da lei; III - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos tributos que justifiquem sua proteção; IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação ao meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental; V - destinar local específico para depósito de lixo e rejeitos, na forma da lei; VI - garantir e proteger, na forma da lei, as nascentes de água contra desmatamento, impondo penalidades aos infratores.</p> <p>Art. 168. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a, na forma da lei., recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo Município</p>	<p>Art. 2º - A Política Estadual do Meio Ambiente destina-se a promover o desenvolvimento socioeconômico, em harmonia com a conservação, a defesa, a recuperação e a melhoria do meio ambiente, visando assegurar a qualidade de vida, observados os seguintes princípios: I - manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo sua proteção controle, recuperação e melhoria; II - exploração e utilização ordenada e racional dos recursos naturais, de forma a não comprometer o equilíbrio ecológico; III - utilização adequada do solo urbano e rural; IV - educação ambiental em todos os níveis de ensino, visando a conscientização pública para defesa do meio ambiente; V - incentivo e a pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e social dos recursos ambientais, em função dos ecossistemas regionais; XV – sustentabilidade socioambiental: consiste na compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a utilização racional dos recursos ambientais, fazendo com que a exploração do meio ambiente ocorra em condições propícias à vida e à qualidade de vida.</p> <p>VI - proteção dos ecossistemas, mediante controle das atividades degradadoras; VII - incentivos fiscais, visando estimular as atividades destinadas a manter o equilíbrio ecológico; VIII - coordenação de atividades da administração pública, relacionadas com o meio ambiente;</p> <p>LEI Nº 976, DE 14 DE JULHO DE 2014. Art. 1º § 2º A sustentabilidade socioambiental que trata o caput deste artigo tem por objetivo promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população roraimense, priorizando quem vive em situação de extrema pobreza, que exerça atividades de conservação dos</p>

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

			recursos naturais do meio rural nas áreas de conservação ambiental instituídas pelo Estado de Roraima. Art. 2º IX - proteção das espécies vegetais economicamente extrativas e outras de valor ecológico considerado.
5.1.2	Políticas Culturais	<p>Art. 5º V - zelar pela preservação do patrimônio histórico-cultural, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual;</p> <p>Art. 6º III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;</p> <p>Art. 7º II - a educação, a cultura e a assistência social; III - a defesa da flora e da fauna, assim como, dos bens e locais de valor histórico, artístico, turístico ou arqueológico;</p> <p>Art. 151. O Poder Público Municipal garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura Nacional e Estadual incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, através de: I - articulações das ações do Governo Municipal no âmbito da cultura com as ações no campo da educação, do lazer, dos desportos e das comunicações; II - criação e manutenção de espaços devidamente equipados e de livre acesso à população para as diversas manifestações culturais; III - incentivo ao intercâmbio cultural com outros municípios roraimenses, com outros estados da federação e/ou com países estrangeiros; IV - promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura; V - proteção das expressões das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos integrantes do processo cultural roraimense e nacional, por meio de setores encarregados de executar as estratégias dos órgãos culturais do município. VI - adoção de medidas adequadas a identificação, proteção, conservação, valorização e recuperação do patrimônio cultural do município e do estado. VII - estímulo para que as empresas privadas invistam na produção cultural no âmbito do município. VIII - o município formulará através do órgão competente uma política de ação cultural para impedir a evasão, destruição e descaracterização de obras de artes e de outros bens de valor histórico, artístico, arquitetônico e cultural. IX - estímulo às associações culturais.</p> <p>Art. 153. O município, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventário, registro, vigilância, tombamento, desapropriação e</p>	

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

		outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e ameaças a esse patrimônio.	
5.1.3	Políticas Educacionais	<p>Art. 5º II - manter prioritariamente com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;</p> <p>Art. 6º V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;</p> <p>Art. 7º II - a educação, a cultura e a assistência social;</p> <p>Art. 138. O dever do Município com a educação será efetivado mediante o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, creches e pré-escola, a oferta de ensino regular, o atendimento ao educando economicamente carente e ao atendimento aos portadores de necessidades especiais, podendo efetuar cooperação técnica e financeira com a União e com o Estado.</p> <p>Art. 141. Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do município e valorização de sua cultura e seu patrimônio cultural e ambiental.</p>	
5.1.4	Políticas de Ocupação Territorial	<p>Art. 4º IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual; VIII - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território; X - criar distritos na forma da lei. Parágrafo único. O território do município poderá ser desmembrado para criação de outros municípios ou subdividido em distritos, mediante lei municipal, atendendo os requisitos previstos na lei estadual, garantida a participação popular, através de Plebiscito, em que sejam favoráveis 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos eleitores da região a ser emancipada.</p> <p>Art. 5º IV - promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle de uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; X - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano; a) determinar o itinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos; b) conceder, permitir ou autorizar serviços de transportes coletivos e de táxi e fixar as respectivas tarifas; c) fixar e sinalizar os limites das “zonas de silêncio” de trânsito e de tráfego em condições especiais; XI - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como, regulamentar e fiscalizar a sua utilização; XXI – fixar, mediante lei, os limites das áreas urbanas e de expansão urbana na sede municipal, bem como, nas vilas.</p>	

5.1 Análise e Discussão dos Dados

Para levantar, analisar e discutir dados de forma ágil e transparente definimos alguns indicadores, tais como:

a) Políticas Públicas: conjunto de ações elaboradas pelo poder público, que pode ser aplicadas pelo Estado em parcerias com instituições privadas, ou não, para melhoria e qualidade de vida das pessoas.

b) Socioambiental: significa a adoção, individual ou coletivamente de práticas em benefício da sociedade e do ambiente, preservando o mesmo e melhorando a qualidade de vida das pessoas e dos seres vivos a qual fazem partes.

c) Desenvolvimento educacional e Cultural: tudo aquilo criamos para as nossas necessidades, incluído o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes e todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano não somente em família, como também na sociedade da qual faz parte, usando aquilo que é próprio ou relativo ao ensino, à construção de saberes, que tem por fim capacitar, desenvolvendo o cognitivo.

d) Ocupação Humana: ação de apropriação desordenada das terras devolutas/virgens da Região Sudeste do Estado de Roraima, Brasil, pertencente às margens das BR 174 e 210, durante as décadas de 70 e 80, por famílias de camponeses, principalmente nordestinos.

Para o desenvolvimento de uma pesquisa se fez necessário a definição de instrumentos relativamente confiáveis para obtenção e análises de dados obtidos durante todo o processo. Usamos como ICD uma Matriz Descritiva: Documental e Bibliográfica que serviu para coletar, organizar, descrever a realidade ou a experiência que se baseia dados documentais e bibliográficos coletados.

5.1.1 Políticas Públicas socio ambientalistas

Pensamentos em relação a política pública sobre questões socioambiental necessitamos considerar o desenvolvimento econômico (geração de renda, redução de custos, mercado consumidor entre outros fatores), o crescimento populacional (cidadania, inclusão social entre outros), a urbanização (saúde, segurança e locomoção) e a revolução tecnológica (eficiência, qualidade de vida entre outros), estes vêm alterando o estilo de vida e assim transformando do ambiente.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

Assim, ao se discutirem Políticas Públicas para a Amazônia, merecem atenção especial as questões sociais e as questões ambientais, uma vez que os recursos naturais representam oportunidades para o desenvolvimento com inclusão social. Ademais, a redução das desigualdades sociais e da pobreza é um requisito para a manutenção dos princípios democráticos, sobre os quais as sociedades se sustentam. (Fleischfreesser, 2006, p. 22).

O desafio é tornar as atividades econômicas menos agressiva ao ambiente, que explorem os recursos naturais, mas ao mesmo tempo gerando renda e riqueza e faça a inclusão social, se utilizando de técnicas e tecnologias apropriadas para as vitais pegadas ecológicas. Atualmente, a discussão relevante passa a ser como gerar e difundir o conhecimento tecnológico, flexibilizar as regulamentações e aumentar o conhecimento e a capacidade de aprendizagem sobre os impactos ambientais da tecnologia, de forma a preveni-los. Contudo, os mais afetados por danos ambientais são justamente as classes e regiões mais desfavorecidas, que têm menor poder político e econômico de pressão e, portanto, menor chance de exigir uma vida mais saudável.

Assim, a tradição, o ranço da vertente autoritária, tornou-se um traço muito forte nas Políticas Públicas do país, e as Políticas Públicas eram muito mais políticas econômicas. Se olharmos a história recente, as políticas sociais e as políticas regionais são meros apêndices, não são o centro das preocupações das Políticas Públicas. Nelas, o corte era predominantemente compensatório, porque o central era a política econômica, já que a política industrial era hegemônica, porque o projeto central era a industrialização (Bacelar, 2009, p. 2).

No Estado de Roraima, como em todo território brasileiro, as políticas governamentais têm proporcionado mudanças no padrão de exploração e uso dos recursos naturais, e de ocupação das terras, impulsionadas e ditadas pelas necessidades dos mercados nacionais e internacionais tem desencadeado uma série de retrocessos em relação às legislações ambientais, com consequências negativas ao ambiente e aos grupos sociais, pois não leva em consideração a diversidade dos ecossistemas e dos modos de vida presentes no solo.

5.1.2 Política Pública Cultural e Educacional

O município de Rorainópolis é e foi constituída por pessoas de todas as regiões do Estado brasileiro, mais os povos nativos que a anos habitavam este

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

espaço, temos também, os estrangeiros oriunda de alguns países, principalmente da América Latina. Porém, não há uma única cultura predominantemente e sim, uma diversidade cultural. Diante da relevância do tema para a compreensão do mundo em que vivemos. Conceituamos cultura como “o conjunto de saberes, comportamentos, crenças e costumes adquiridos e transmitidos por um processo coletivo de aprendizagem.” (Zucon e Braga, 2013, p. 12).

Cultura é a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo co-participado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que seus membros explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e a motivam para a ação. (Ribeiro, 1972, p. 127).

Não há sociedade sem cultura. A cultura não é um hábito de um único indivíduo, mais sim, de um grupo coletivo, produto e produtoras da história humana, determina práticas e valores, e se transforma permanentemente de acordo às novas circunstâncias e influência que a sociedade vier a enfrentar. Cada povo tem a sua cultura, ou seja, sua identidade. Mas como a região é formada por uma diversidade cultural, levando em conta as pessoas que a compõem, serem originaria de regiões e realidade diferente. Os munícipes pensaram uma Lei orgânica municipal que levou em conta esses fatores.

Art. 151. O Poder Público Municipal garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura Nacional e Estadual incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, através de: [...] V - proteção das expressões das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos integrantes do processo cultural roraimense e nacional, por meio de setores encarregados de executar as estratégias dos órgãos culturais do município. (Lom, 1998, p. 59).

Todas as sociedades, desde as mais simples até as mais complexas, têm sua própria cultura e uma das obrigações do poder público e preservá-la e garantir as novas gerações essa criação humana, complexa que inclui o conhecimento, a arte, as crenças, a lei, a moral, os costumes, todos os hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano não somente em família, como também por fazer parte de um meio social da qual é membro. Não existe um modelo único de cultura, mas culturas, porque, em modo geral, elas diferem umas das outras em relação às necessidades básicas de cada povo.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

[...] articular o caminho da expansão industrial e da movimentação da economia com uma espécie de pedagogia ambiental, ou seja, com a criação de uma consciência do uso adequado dos recursos em prol do bem-estar humano, que se traduz em preservar agora para as futuras gerações poderem usufruir depois. (Vargas, Aranda e Radomsky, 2016, p. 104).

Pensando no desenvolvimento para Amazônia deve-se levar em consideração o conceito mais amplo de acordo com os resultados das grandes apostas em políticas econômicas da segunda metade do século XX, exploração de matérias primas, extração de madeira, minerais, produção de grãos e carne, para o mercado mundial, mas analisando bem, diante dos avanços tecnológicos e da cultura da globalização, pode sim, haver desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade, relacionando a liberdade e a diversidade cultural, pensando nas perspectivas de valores culturais locais ou nacionais, através de políticas que agregue todos, sem esquecer os seres vivos que ocupa o planeta Terra.

Fazendo um paralelo entre educação, socioambiental, cultura e desenvolvimento podemos dizer que estes fenômenos são intrinsecamente ligados, capazes de sensibilizar e modificar a forma de pensar das pessoas verem o mundo, quando se adota a cultura como uma aliada interativa no processo de ensino aprendizagem está permitindo que todo o indivíduo que frequenta o ambiente escolar se sinta participante do mundo, pois ele nota que seu modo de ser e viver influência na sua vida e de todos os seres vivos que divide o Planeta Terra com ele.

O Brasil é historicamente marcado por uma formação sociocultural com múltiplos referenciais. Nessa direção, a maneira como a nossa sociedade é pensada atualmente – com base em um somatório de heranças históricas, que abrangem as contribuições de povos indígenas, africanos, europeus, árabes e asiáticos – foi fruto de um conjunto de reflexões que vêm desde o século XVI, realizadas por cronistas, escritores, historiadores, antropólogos, sociólogos e pelo próprio Estado. (Zucon e Braga, 2013, p. 38).

Sabemos que o Brasil é um país de uma diversidade cultural imensa e a educação se apresenta como processo interativo entre as políticas públicas, desenvolvimento sustentável, socioambiental, por ações educativas que relacionam à cultura como um regime processual educacional permanente para a vida, onde se possa a aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser, fundamentais para a transmissão da informação e da comunicação adaptada à sociedade.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

Diante disto os jovens tenham, em todos os momentos possíveis, ocasiões para descobertas e experimentações estéticas, artísticas, desportivas, científicas, culturais e sociais, essenciais para a constituição do ser humano e para que ele aprenda, compartilhe e troque experiências, as interações que os mantem uns com os outros promovem um aprendizado mais real

5.1.4 Política Pública de Ocupação Territorial

A origem do homem moderno se deu no Continente Africano há 50 mil anos atrás com o *Homo sapiens sapiens* que aos poucos foi migrando e ocupando os principais territórios dos continentes do planeta Terra.

“Acredita-se que o arredondamento da cabeça e a redução dos maxilares e arcos superciliares ocorreram ao longo do último milhão de anos, com o surgimento do *Homo sapiens* básico há 500 mil anos e do *Homo sapiens sapiens* há 50 mil anos,” (Pinsky, 2018, p. 23), saindo da África para o mundo numa proporção de ocupação territorial e crescimento populacional extraordinária perdendo apenas para os ratos e os insetos.

O homem civilizado desenvolvendo atividades agrícolas, plantando e colhendo, domesticando animais, criando para o consumo humano, construindo cidades e formando governos centralizados, surgiu há cerca de 10 mil anos no Oriente Médio, numa região conhecida como Crescente Fértil, às margens dos rios Tigre, Eufrates, Jordão e Nilo, Região Nordeste da África.

A humanidade desenvolveu quatro complexos principais de colheita: dois adaptados a terras montanhosas (trigo, cevada, linho, centeio e painço) e dois a floresta chuvosas tropicais (arroz e inhame). Nas terras secas plantaram-se milho e feijão. Todos esses tipos de plantas podem ser encontrados no Velho e no Novo Mundo, e alguns deles em suas formas bem rudimentares. (Marconi e Presotto, 2017, p. 122).

Pelo que percebemos o homem moderno surgiu na África do Sul, se espalhou e ocupou rápido o Velho Mundo e, de lá, migrou para o Continente Americano a cerca de 10-12 mil anos atrás, na Era Glacial, através do Alasca por meio do Estreito de Bering.

Formado no início da década de 70 por imigrantes, na grande maioria de origem nordestina, principalmente do Estado do Maranhão, que trabalharam em na

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

construção de pontes e terraplanagem da rodovia, perceberam na região a oportunidade de adquirir um pedaço de terra, a oportunidade de tirar sua família da miséria e do sofrimento da pobreza. “Para ocupar essa região eminentemente de florestas, foram trazidos colonos, do Maranhão, em sua maioria, mas também do Paraná e do Rio Grande do Sul.” (Freitas, 2009, p. 126).

Os assentamentos começaram a ser implantados em Roraima a partir de 1979, quando apenas o Assentamento Dirigido Anauá, localizado em Rorainópolis, já tinha sido instalado. Apenas esse PAD, iniciado em 1975, teria sido emancipado em outubro de 2002 através da resolução INCRA/CDR/Nº. 01 de 2002, permanecendo os demais pendentes de emancipação (Moraes, 2009, p. 73).

Em seguida foram implantadas às Políticas Públicas dos governos, como: Projeto de Assentamento Dirigido-PAD/ANAUÁ, com objetivo de organizar o espaço geográfico rural em glebas, assentando e distribuindo a cada família lotes que mediam de 60 a 100 hectares, nas margens da BR e estradas vicinais - (são ramais de estradas surgidos ou criados a partir de uma principal, neste caso a rodovia), saúde pública com a construção de uma Unidade Básica e educação com a transferência da Escola José de Alencar do Baixo Rio Branco para a sede do município.

Rorainópolis foi o assentamento que mais se desenvolveu no PAD Anauá, não somente por ter sido a sede do projeto - recebendo o nome, também, de Vila do INCRA -, mas, especialmente, pelo fechamento do tráfego de veículos na área indígena Waimiri Atroari - das 18:00 às 06:00, sendo liberado apenas o fluxo do ônibus que realiza o percurso Boa Vista-Manaus -, passando a ser um local de parada obrigatória dos viajantes, ampliando assim seu comércio e, sobretudo, estimulando o número de hotéis na localidade. (Oliveira, 2007, p. 60).

Com as Políticas Públicas o distrito de Vila do Incra se tornou uma região atrativa, cresceu e continua crescendo de forma espontânea, se tornou o segundo município mais populoso do Estado de Roraima e através da Lei Estadual de número 100, com terras desmembradas dos municípios de Caracaráí, São João da Baliza e São Luiz do Anauá, no dia 17 de outubro de 1995, emancipou-se do município de São Luiz do Anauá, com o nome de Rorainópolis, em homenagem ao Estado de Roraima.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

Como estado de direito, o TRE, Tribunal Regional Eleitoral, no ano de 1996, elabora e providencia a primeira eleição municipal, com o intuito de o povo escolher os membros do executivo e legislativo municipal.

Em 1º de janeiro de 1997, foi instalado administrativamente, com a posse do seu primeiro Prefeito eleito Antônio Carlos Lacerda Gago e dos vereadores para o quadriênio 1997 a 2000.

Art. 18. Esta Lei Orgânica, aprovada nos termos do art. 29 da Constituição Federal, assinada pelos integrantes da Câmara Municipal, será promulgada pela Mesa Diretora e entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário. Município de Rorainópolis, 27 de Março de 1998. (Lom, 1998, p. 72).

No mesmo ano da posse, 1997, foi montada e escolhidos os membros que compõem a comissão que elaborou a Carta Magna, documento que tratada das Diretrizes que regem os direitos e deveres dos poderes municipal, executivo e legislativo. Tendo como Presidente da Mesa Diretora Especial para elaboração da Lei Orgânica do Município de Rorainópolis o Vereador e Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Carpanini. A qual, a mesma foi aprovada no dia 27 de março de 1998 e revisada no ano de 2011 a Constituição Municipal.

6 CONSIDERACOES FINAIS

Espera-se que a presente contribuição tenha continuidade em outros trabalhos, tanto na identificação de outras áreas de desenvolvimento, quanto no aprofundamento do estudo de cada área definida, porque Roraima é um Estado rico em exemplos para o estudo do desenvolvimento e da dinâmica territorial, e mais, em tempo real. Um Estado em transformação, em busca de sua cara.

As recomendações oriundas da pesquisa do mestrado foram alicerçadas nos quatro indicadores, simbolizando as bases para a continuidade da pesquisa, no curso de doutorado. Vejamos:

a) Ocupação Humana e Territorial: ordenamento, projetos de ocupação com o uso de recursos e tecnologias apropriados; infraestruturas usuais e necessárias; núcleos habitacionais e controle do fluxo migratório;

b) Questões socioambientais: recuperação das áreas degradadas e impactadas, com a proposição de PRAD - Programa de Recuperação de Áreas

Degradadas; recuperação de áreas de preservação ambiental que foram invadidas e busca do equilíbrio dos ecossistemas;

c) Questões Educacionais: planejamento com prioridade aos conteúdos loco regionais; universidade pública, gratuita e com cursos focados nas necessidades loco-regionais; prioridade a formação continuada dos professores e inserção dos segmentos sociais em cursos e projetos de atualização;

d) Questões Culturais: priorizando as necessidades do contexto loco regional, destacando: educação, saúde, transporte e segurança, principalmente em ações que motivem a população ao acesso diário com a evolução em Ciências, Tecnologias e Infraestrutura.

As recomendações basearam-se em concepções e percepções da comunidade, referente a realidade ambiental, focando o futuro nos princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Entendemos que os principais aspectos considerados destacam: o conhecimento prévio da comunidade sobre Educação Ambiental e as percepções muito consolidadas sobre os princípios do Desenvolvimento Sustentável, assim como o envolvimento com as questões ambientais da região e entorno.

Destacou-se o interesse e o envolvimento da comunidade em tentar solucionar e/ou minimizar os problemas ambientais desta região, onde são, em parte, conscientes dos muitos problemas ambientais da mesma.

Portanto, o compromisso de adotar uma nova postura na educação levando em conta os princípios culturais, nos temas relacionados ao ambiente os aspectos físicos, percebe-se como primordiais para alcançar-se o Desenvolvimento Sustentável, e a melhoria do ambiente e da qualidade de vida dos seres vivos.

REFERÊNCIAS

BACELAR, T. **As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios**. Rio de Janeiro: Fase, 2009.

BECKER, B. K. **Amazônia**. 6.ed. São Paulo: Ática, 1998.

BADR, E. et. al. **Educação ambiental, conceitos, histórico, concepções e comentários à lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99)**. Dissertação (Mestrado). – Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da UEA. Manaus, Amazonas, 2017.

- SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.
- EMBER, C. R.; EMBER, M.; PEREGRIME, P. N. **Antropologia**. 10.ed. Madrid: Pearson Educación, 2004.
- BARBIERI, J. C.; SILVA, D. da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. **Revista de Administração**, v. 12, n. 3, 2011.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). **Plano Nacional de Educação 2014-2024 (recurso eletrônico)**: lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 86 p. (Série Legislação, n. 125).
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- FLEISCHFRESSER, V. **Amazônia, Estado e Sociedade**. Campinas: Armazém do Ypê (Autores Associados), 2006.
- FREITAS, A. **A história política e administrativa de Roraima**: de 1943 a 1985. Manaus: Humberto Calderaro Ltda, 2009.
- FUNARI, P. P.; NOELLI, F. S. **Pré-história do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- FURTADO, C. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: Hucitec, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2018**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 12 jul. 2024.
- JACOBI, P. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTE, C. (org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2005.
- LARROSA, J. **Tremores**. Escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- LEFF, E. Racionalidad ambiental y diálogo de saberes: sentidos y senderos de un futuro sustentable. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 7, p. 13-40, jan./jun. 2003.
- MARCONI, M. A.; PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia**: uma introdução. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MARQUES, A. L.; OAIGEN, E. R. **Diagnóstico e Proposição de um Programa Interinstitucional de Educação Ambiental para o Território Sul do Estado de Roraima**. Universidade Estadual de Roraima-UERR, Boa Vista, Roraima, 2009.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

MORAES, E. C. A. de. **Projeto de Assentamento Dirigido Anauá e suas implicações socioambientais no Sul do Estado de Roraima**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

MOURÃO, G. M. N. Colonização recente no sudeste de Roraima, Amazônia brasileira: entre a política e a natureza. **Revista Acta Geográfica**, ano 2, n. 4, jul./dez. 2008.

OLIVEIRA, R. S. As transformações na organização espacial do estado de Roraima: uma conversa inicial a partir da BR-174. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ano 1, n. 1, p.45-65, jan./jun. 2007.

OLIVEIRA, R. V. **O papel do migrante como sujeito da genealogia e dinâmica urbana do município de Rorainópolis - Roraima**. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Roraima, Roraima, Boa Vista, 2014.

PIERONI, V.; FERMINO, A.; CALIMAN, G. **Pedagogia da alteridade: para viajar a Cosmópolis**. Brasília: Líber Livro, 2014.

PINKY, J. **As primeiras civilizações**. 25.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

QUINTERO VELASQUEZ, Á. M. et. al. **Naturaleza, Desafíos y perspectivas contemporâneas de la intervención en Trabajo Social**. Memorias I. Seminário Internacional. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 2011.

RIBEIRO, D. **Teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

RORAIMA. Secretaria Estadual de Educação e Desportos do Estado de Roraima - SEED/RR. **Escola Estadual de Ensino Integral José de Alencar**. 2019.

RORAINÓPOLIS-RR. **Prefeitura**. Lei Orgânica do município de Rorainópolis, Roraima, Brasil, 1998.

RORAINÓPOLIS-RR. **Prefeitura**. 2017. Disponível em: http://rorainopolis.rr.gov.br/portal/o_municipio_historia.php. Acesso em: 1 mar. 2024.

SANTOS, A. J. **História da livre Iniciativa no desenvolvimento socioeconômico do Estado de Roraima**. Boa Vista: FECOMÉRCIO\RR, 2004.

SANTOS, D. E.; OAIGEN, E. R.; ARAÚJO, J. F. Conjunto de subsídios favoráveis ao crescimento do município de Rorainópolis/RR: a interação dos diferentes segmentos sociais com processo de construção das Políticas Públicas. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**. Porto Alegre, v. 5, n. 2, out. 2017.

SANTOS, N. P. D. **Política e poder na Amazônica: o caso de Roraima (1970-2000)**. Boa Vista: UFRR, 2013.

SANTOS., D. E. Políticas públicas socioambientais, culturais e educacionais aliada a política de ocupação do espaço Territorial como ferramentas para a compreensão do desenvolvimento de Rorainópolis/RR/Brasil. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 114-152, jun. 2025.

SILVA, A. A. **O segundo governo Hélio Campos (1970-1974):** a política de segurança nacional e desenvolvimento no Território Federal de Roraima. Monografia apresentada como requisito para obtenção do título em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Roraima - UFRR. Boa Vista, RR, 2015.

SILVA, M. M. F. **Igarapé Pricumã:** ferramenta para a Educação Ambiental e melhoria da qualidade de vida da comunidade da Escola Estadual Olavo Brasil Filho - Boa Vista - Roraima - Brasil. Tese Maestria en Ciencias de la Educación, apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Evangelica del Paraguay-UEP. Asunción, PY, 2013.

SOUSA, M. A. S. **Gênero e meio ambiente na Amazônia roraimense:** um olhar sobre o encontro da água com a vida de mulheres do projeto de assentamento equador, Rorainópolis. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Recursos Naturais, área de concentração Manejo de Bacias Hidrográficas. Boa Vista, RR, 2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educar para um futuro sustentável.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/educating-for-a-sustainable-future/> Acesso em: 12 jul. 2024.

VALE, A. L. F. **Nordeste em Roraima:** migrações e territorialização dos nordestinos em Boa Vista. Boa Vista: UFRR, 2014.

VARGAS, F.; ARANDA, Y. P. C.; RADOMSKY, G. F. W. **Desenvolvimento sustentável:** introdução histórica e perspectivas teóricas. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

VIEIRA, J. G. (org.). **O Rio Branco se enche de história.** 2.ed. Boa Vista: UFRR, 2016.

ZUCON, O.; BRAGA, G. G. **Introdução às culturas populares no Brasil.** Curitiba: InterSaberes, 2013.